

## VOZES SILENCIADAS: A IMAGEM DO IMIGRANTE JAPONÊS ENTRE DISCURSOS, PALAVRAS E SILÊNCIOS.

ALDINA CÁSSIA FERNANDES DA SILVA  
(CEFAPRO/SEDUC/MT – MESTRE  
[aldinacassia@gmail.com](mailto:aldinacassia@gmail.com))

Esta comunicação faz parte dos estudos realizados para composição do texto da dissertação de mestrado *Nas trilhas da memória: uma colônia japonesa no norte de Mato Grosso - Gleba Rio Ferro (1950 – 1960)*, defendida na UFMT. Sob a orientação do Dr. João Carlos Barrozo.

O deslocamento de colonos japoneses para a Gleba Rio Ferro compõe uma trama que foi vivida de forma plural. Na trajetória destas famílias, o futuro almejado foi articulado pelos símbolos trabalhados pelas propagandas e pelas associações espontâneas dos indivíduos, que visualizaram nas imagens do novo destino a possibilidade de realização de seus desejos.

O deslocamento de famílias japonesas para o espaço da Gleba Rio Ferro em específico se entrelaça a política de colonização privada no estado de Mato Grosso na década de 1950.

O termo colonização não deve ser “entendido simplesmente como um termo que designa o mero ato de promoção da colonização, do povoamento, em outros momentos ele assume outras determinações” (SCHNEIDER, 2001, p.226). A política de colonização pode estar ligada a vários aspectos dos discursos oficiais: preocupação de ocupação do “vazio demográfico”; seletividade dos colonos; estrutura fundiária; e introdução de mão-de-obra para o trabalho em diferentes setores da sociedade, dentre outros. A colonização, como um processo plural em ação, reproduz relações sociais permeadas por muitos interesses públicos e privadas, os quais somente poderão ser visualizados se forem inseridos em um contexto histórico específico.

Na década de 50, no Estado de Mato Grosso, o termo colonização empregado em vários discursos oficiais assume um significado específico. Insere-se na política de ocupação dos espaços considerados *vazios* com mão-de-obra imigrante para o norte do estado, destinada à formação de núcleos de povoamento e produção agrícola. Através dessas práticas discursivas pretende-se entrecruzar as condições de sua aparição.

Neste texto serão analisadas as “condições da aparição” da afirmação nos discursos oficiais do colono japonês como “ideal” para implementar a (re) ocupação dos espaços considerados vazios.

Convém ressaltar que os discursos sobre a seleção da mão-de-obra de imigrantes japoneses são permeados por silêncios, “justamente o que do dizível não se pode dizer”. As narrativas sobre a imagem do trabalhador ideal, em cada momento em que foram elaboradas, reproduzem significados em condições particulares que estão carregadas de outros sentidos.

Na década de 1950, para o Governo Estadual e Federal a economia mato-grossense não proporcionava grandes rendimentos para os cofres do Estado. Naquele momento, os discursos do governo afirmavam que sua maior preocupação era “colonizar” os “espaços vazios”, a fim de dinamizar a ocupação produtiva da terra. O governo estadual colocou à venda áreas de terras devolutas, oferecendo glebas para empresas privadas que estivessem interessadas em trazer colonos que se estabelecessem em Mato Grosso.

Para o governador Fernando Corrêa da Costa, até 1950 “o poder público limitara-se a reservar terras sem ter estabelecido colônias ‘em moldes objetivos e bases duradouras’”(LENHARO, 1986<sup>a</sup>, p.51). Desta forma, sua prática discursiva justificava as grandes reservas de glebas<sup>1</sup> realizadas em nome da prosperidade do Estado e para salvaguardar os interesses dos pequenos lavradores. As glebas foram demarcadas com

---

<sup>1</sup> A expressão “reservas de glebas” representa a atitude do governo do Estado de Mato Grosso, na década de 1950, de controlar a demarcação das terras indígenas, demarcando áreas de terras devolutas, onde viviam várias etnias indígenas, como “espaços vazios” de propriedade particular do Estado que posteriormente foram comercializadas.

cerca de 200.000 hectares para cada empresa colonizadora, que deveria dividi-las em pequenos lotes e vendê-los aos “interessados idôneos”.

Convém ressaltar que em 1952 o Vice Presidente da República Café Filho aprovou o projeto de Criação do Parque Nacional do Xingu, porém a reserva foi legalizada somente depois de 10 anos, e com sua área original reduzida. As elites políticas estaduais não estavam de acordo com a extensão do Parque. Na visão deles, os índios não necessitavam de muitas terras para sobreviver. Nos discursos proferidos pelo governo, a área destinada aos índios “ultrapassava as raias do absurdo”. O interesse fundamentava-se na *negação do índio* enquanto cidadão brasileiro, para favorecer o desenvolvimento econômico, ou seja, *o progresso e a civilização*, que só se concretizariam com a colonização privada e a seleção de colonos.

Naquele momento, houve uma grande venda de áreas de terras devolutas, principalmente para empresas oriundas do Estado de São Paulo, representadas como molas propulsoras do progresso mato-grossense. Nos discursos do Governo Estadual o desenvolvimento do Estado somente seria cristalizado através de uma colonização *planificada e ordeira*, ou seja, dirigida pelo Estado.

Sendo assim, nas mensagens que o Governo do Estado enviava para a Assembléia o imigrante japonês foi classificado como o *ideal* para promover o desenvolvimento do norte do Estado, e foi concebido como representante da ordem e da moralidade, enquanto que a população local era considerada incapaz para promover o desenvolvimento do Estado.<sup>2</sup> Estas afirmações se articulam ao controle do deslocamento de colonos japoneses para a Gleba Rio Ferro, que aceitaram abrir o novo espaço a ser reocupado.

Segundo a Constituição, o governo teria que consultar o Senado Federal para realizar estas concessões de terras. Naquele momento era proibido conceder áreas com

---

<sup>2</sup> Com a libertação dos escravos, nos fins do século XIX, estes discursos eram freqüentes. Os projetos de imigração realizados pelo Estado exaltavam a imagem dos imigrantes europeus em detrimento dos nacionais livres, porém neste período a ideologia racista permeava o imaginário das elites por detrás de um discurso econômico. Para saber mais sobre este assunto, consulte SKIDMORE, 1976, que apresenta um estudo sobre as relações raciais entre 1870 e 1930, principalmente o seu texto “A imagem nacional e a procura de imigrantes”, p. 143 - 154.

extensão superior a 10 mil hectares. O Governo Estadual desrespeitou, também, o artigo 216 da Constituição Federal, que garantia a inviolabilidade das terras destinadas aos índios. As reservas de áreas acima demonstram a expropriação de que foram vítimas as nações indígenas, reproduzindo a acumulação primitiva na região. A posse da terra por colonos vindos de outras regiões, simbolicamente representava a integração dos “espaços vazios” ao domínio do capital. Os grupos indígenas destas áreas de terras devolutas foram, muito antes da chegada dos migrantes japoneses, empurrados pela frente de expansão para o território de seus vizinhos, provocando guerras intertribais.

Para o Governo Estadual, os índios representavam um estorvo a ser removido, e, em casos em que não ocorresse sua retirada de forma pacífica, eles eram dizimados. O que prevaleceu neste momento foi a apropriação capitalista da terra, ou seja, a sua metamorfose em mercadoria e produtora de mercadorias, contando com *braços e capitais* dos imigrantes e seus descendentes, mais convenientes aos moldes de produção pretendidos.

Naquele momento, houve uma grande venda de áreas de terras devolutas, principalmente para empresas oriundas do Estado de São Paulo, representadas como molas propulsoras do progresso mato-grossense. Nos discursos do Governo Estadual o desenvolvimento do Estado somente seria cristalizado através de uma colonização *planificada e ordeira*, ou seja, dirigida pelo Estado.

Sendo assim, nas mensagens que o Governo do Estado enviava para a Assembléia o imigrante japonês foi classificado como o *ideal* para promover o desenvolvimento do norte do Estado, e foi concebido como representante da ordem e da moralidade, enquanto que a população local era considerada incapaz para promover o desenvolvimento do Estado.<sup>3</sup> Estas afirmações se articulam ao controle do deslocamento de colonos japoneses para a Gleba Rio Ferro, que aceitaram abrir o novo espaço a ser reocupado.

---

<sup>3</sup> Com a libertação dos escravos, nos fins do século XIX, estes discursos eram frequentes. Os projetos de imigração realizados pelo Estado exaltavam a imagem dos imigrantes europeus em detrimento dos nacionais livres, porém neste período a ideologia racista permeava o imaginário das elites por detrás de um discurso econômico. Para saber mais sobre este assunto, consulte SKIDMORE, 1976, que apresenta um

Muito antes de 1950, em 1862, a política de atração de imigrantes para povoar e colonizar os ditos “vazios demográficos” de Mato Grosso foi sugerida por Bartolomé Bossi. Para o viajante, a exuberante natureza opunha-se à economia subdesenvolvida e à população preguiçosa e dispersa. Os produtos naturais eram a riqueza da Província, mas faltavam pessoas propensas ao trabalho para dinamizar a economia. A solução, para Bossi, seria uma política colonizadora que atraísse imigrantes europeus, realizada pelo governo provincial e por empresas particulares, apoiados pelo governo imperial, o que permitiria a ocupação do território e a produção de riqueza. (PERARO, 2001, p. 40-41) No século XIX, no imaginário das elites mato-grossenses, o trabalhador local era percebido como ocioso, o que explicava a falta de dinamismo econômico da região.

Da mesma forma como imaginou o viajante Bartolomé Bossi, as autoridades locais pensaram em ocupar os espaços considerados “vazios” com imigrantes em diferentes momentos da história mato-grossense. O Presidente do Estado Pedro Celestino Corrêa da Costa, por exemplo, propôs, em 1922, em sua mensagem à Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, favorecer a entrada de imigrantes no Estado a fim de promover o desenvolvimento da produção econômica.

No século XIX, o Governo Federal impunha certas condições aos projetos de colonização com mão-de-obra imigrante. A seleção deveria considerar a possibilidade de miscigenação dos grupos étnicos. Esta idéia visava o “cruzamento das raças e o branqueamento da raça brasileira”. Em relação à política imigratória empregada após a Segunda Guerra Mundial, esta ainda “continuou vinculando a nacionalidade (dependente do abasileiramento) às questões biológicas conformadas pela idéia de raça e eugenia” (SEYFERTH, 2002, p.148).

Nesse sentido, a política de colonização do Governo Estadual na década de 1950 também se fundamentou na construção simbólica do imigrante como um “colono ideal”. A seleção privilegiava os colonos que possuíssem capital para a aquisição de terras. Nos discursos oficiais, seringueiros, poaieiros, posseiros e outros trabalhadores rurais estabelecidos nas terras foram representados como incapazes de dinamizar o progresso

econômico do Estado. Desta forma, o governo garantia a venda de áreas de terras devolutas para os grupos que tinham interesses políticos convergentes aos seus.

O Governo Estadual afirmava que os latifúndios improdutivos e incultos eram o problema fundamental da estagnação econômica. No jornal *O Estado de Mato Grosso* foi publicada uma reportagem que ilustra bem esse discurso:

Quem percorre o Estado de Mato Grosso, nota-se [sic] um fenômeno desolador, a falta de população. A população rural, que é base de todas as nações vive na miséria, no mais completo abandono. Até agora [sic] a vida econômica do Estado está sendo limitada pela indústria extrativa, com enormes prejuízos das suas colinas calcárias o futuro de incontestável expansão, mas apesar de possuir enormes recursos naturais, precisa de braços e capitais.<sup>4</sup>

A colonização foi colocada como a solução das carências sociais e demográficas do Estado, dando um aspecto de recomeço e reintegração ao progresso nacional através de capitais privados. No discurso oficial, a colonização considerada “espontânea” foi classificada como inviável, pois não havia contribuído para o progresso econômico da região Centro-Oeste. Assim, a política de colonização da década de 1950 foi marcada pelo projeto de Getúlio Vargas em manter “a neutralidade política dos grandes proprietários no campo para poder praticar uma política popular nas cidades” (SANTOS, 1993, p. 33), ou seja, a melhor forma de controlar o setor rural era realizar uma colonização dirigida pelo Estado e implementada por capitais privados.

Observa-se ainda que a narrativa é contraditória, pois, ao mesmo tempo em que coloca que *falta população*, afirma que *a população vive na miséria*, confirmando que este espaço não estava *vazio* e que havia, sim, uma população, porém esta não atendia aos interesses capitalistas da elite política do Estado. Naquele momento, os governos federal e estadual priorizavam a reanimação da indústria extrativa, pois a produção nacional do

---

<sup>4</sup> O problema da colonização em nosso Estado. *O Estado de Mato Grosso* (Jornal independente dedicado aos interesses do povo) 13/07/1951. Este veículo de comunicação era simpatizante do PSD, então na oposição estadual, porém no que se refere à colonização com “braços e capitais” de imigrantes japoneses, sua posição foi favorável à do governo.

látex não atendia à demanda <sup>5</sup> Para reanimar esta atividade precisava-se de colonos que tivessem capital para investir.

Retomando o trecho da matéria publicada no jornal *O Estado de Mato Grosso*, o jornalista classificou a vida da população como miserável. O trabalhador foi apresentado como preguiçoso, pois só aquele que “gasta o tempo na folga, enriquece o seu corpo com a preguiça, e embrutece o seu espírito pela indolência... a sua recompensa só poderá ser a miséria” (THOMPSON, 1979, p.70). Portanto, era essencial a seleção de braços ideais para a realização do projeto de colonização do Estado de Mato Grosso.

Podem-se verificar estas construções na mensagem do governador Fernando Corrêa da Costa à Assembléia Legislativa, em 1952:

A seleção dos colonos, quanto à sua capacidade, especialização de trabalho e qualidades morais, também é medida básica de um serviço eficiente de colonização.<sup>6</sup>

O discurso estava voltado para a interferência do Estado no processo de ocupação dos tidos *espaços vazios* de uma maneira mais eficaz, e para atingir este objetivo a seleção de colonos seria essencial. A política de colonização na década de 1950 consistia, portanto, em

[...] controlar os deslocamentos dos trabalhadores nacionais migrantes de uma região para outra; orientar e promover a seleção, entrada, distribuição e fixação de migrantes; traçar e executar, direta e indiretamente, o programa nacional de colonização, tendo em vista a fixação de imigrantes e o maior acesso dos nacionais à pequena propriedade agrícola (SANTOS, 1993, p. 39).

Observa-se que a imagem de um Estado tido como *despovoado*, onde a “colonização” seria um fator primordial para seu progresso, foi disseminada também

---

<sup>5</sup> “A exploração dos seringais teve seu auge nas primeiras décadas do século XX. Rosário Oeste e Diamantino eram os maiores produtores do látex de Mato Grosso, o qual era o segundo produto de exportação do Estado”. BARROZO, 2002, p.7.

<sup>6</sup> Mensagem a Assembléia Legislativa. Livro de Registro de Mensagens de 1950 a 1960. APMT.

pelos veículos de comunicação da Capital, os quais ressaltavam as qualidades dos trabalhadores para a colonização de áreas próximas ao Rio Xingu e Barra dos Bugres, representando-os como essenciais para o desenvolvimento do Estado.

O seu valor é muito grande no atual momento em que os problemas da produção estão inscritos na ordem do dia. O Japonês é um povo prático e realístico. O programa exposto com extrema clareza e com uma análise de elementos positivos e abundância de detalhes, constitui uma garantia para o Estado e uma firme certeza de sua execução. [...] O que eles fizeram no Estado de São Paulo e Paraná a este respeito é eloqüente. Canalizaram para o campo, massas humanas bem orientadas e disciplinadas. Na região de Iguape, dissecaram brejos e plantaram arrozais em grande escala. Nas aradas e já cansadas terras de Cotia, investiram somas fabulosas, transformaram aquela velha região abandonada numa vigorosa agricultura, mecanizada e moldada nos preceitos científicos da moderna agronomia. A prosperidade de certas zonas da Alta Paulista, Noroeste, Alta Sorocabana e Norte do Paraná, deve-se em grande parte ao trabalho e esforço dos filhos do Sol Nascente (GIOVANETTI, 1952, p.21).

As narrativas sobre o imigrante japonês elevam-no a uma categoria mítica – *trabalhador ideal* –, reunindo todas as qualidades de um bom agricultor, ou bandeirante moderno, aquele que seria capaz de resolver os problemas de Mato Grosso de forma *disciplinada, civilizada*. O japonês, no imaginário dessas elites, representava *o progresso, a prosperidade*. O tempo do imigrante era o tempo do capital, aquele que trabalharia incansavelmente para promover o progresso do Estado. Para construir esta imagem, o jornalista, que se posiciona favorável ao trabalhador de origem japonesa, busca ressaltar seus feitos em outros Estados. Os argumentos utilizados na narrativa subordinam o êxito do projeto de colonização às ações dos imigrantes japoneses.

Em contraponto com essa representação do *colono ideal* está a desqualificação do trabalhador nacional, que tinha uma “visão incompatível com as visões modernas de

tempo, disciplina, trabalho e propriedade privada”(ARRUDA, 2000, p. 99), ou seja, o tempo do capital. O trabalhador mato-grossense ou outros trabalhadores nacionais não tinham dinheiro para abrir estradas, investir em terras, ou seja, viviam seu *próprio tempo*, mas para as narrativas mestras era um tempo *desperdiçado*. Nesse sentido, nas palavras de Thompson, “o que pontifica é o valor do tempo reduzido a dinheiro. O tempo torna-se dinheiro – não passa, gasta-se”(THOMPSON, 1979, p. 49).

Para parte da elite dirigente mato-grossense, a vinda de colonos japoneses significava estabelecer um modelo de desenvolvimento econômico, político e cultural que os aproximasse do perfil dos Estados do Sudeste. Tendo como “parâmetro de aferição do que é moderno e civilizado” a região sudeste (ARRUDA, 2000, p.127). Este discurso de desenvolvimento dos “espaços vazios” é caudatário da tradicional oposição sertão/litoral. Os ecos de um “sertão” nas narrativas relativas a esses “espaços vazios” são perceptíveis tanto nas mensagens do governo Fernando Corrêa da Costa quanto, principalmente, nas propagandas realizadas pela Colonizadora Rio Ferro, muito embora eles já fossem representados como um espaço de fronteira nas narrativas mestras. Nesse sentido, é importante observar algumas frases utilizadas nos títulos de várias reportagens publicadas no *Jornal Correio de Marília*:

Imigração em massa para povoar os sertões de Mato Grosso [...]  
A ação destemida e desbravadora da Empresa Rio Ferro Ltda.,  
está transformando o Brasil Central, de sertão bravio em centro  
do progresso (Jornal Correio de Marília, Edição de Natal, 1954).

O *Jornal “O Correio de Marília”* foi o primeiro jornal da cidade de Marília, no Estado de São Paulo, fundado em 1º de maio de 1928. Ao manuseá-lo pode-se perceber que este veículo de comunicação foi o divulgador de muitas propagandas, realizando sempre entrevistas e reportagens com os prósperos comerciantes e fazendeiros da região. O Estado de Mato Grosso na edição de natal de 1954 foi construído simbolicamente como um lugar a ser domado, explorado, colonizado, civilizado pelos *nipo-bandeirantes*. A representação de sertão incorporada pelos japoneses fazia parte da herança interiorizada pelos paulistas de se posicionarem em um patamar superior em relação às

outras regiões do Brasil. Portanto, ocorria uma retomada do *espírito bandeirante*, pelo qual se conferia a estes colonos um poder simbólico que os autorizava a *desbravar e amansar os sertões*, representado naquele momento pelo norte do Estado de Mato Grosso.

Nesse sentido, o estágio de desenvolvimento de *civilização e progresso* em que se encontrava o território mato-grossense tinha como parâmetro os Estados de São Paulo e Paraná. Esta percepção não ficou restrita ao grupo de japoneses. Era um momento em que chegavam em Mato Grosso pessoas de várias localidades do Brasil. A migração dos japoneses inseria-se em um projeto político específico, mas não deixava de fazer parte do processo de conquista do Oeste brasileiro, onde a ocupação humana de *novas fronteiras* deparava-se com diversas realidades e temporalidades.

A construção de uma imagem positiva dos colonos japoneses era necessária para demonstrar a viabilidade do projeto de colonização pautado em políticas nacionalistas, pois os projetos anteriores dirigidos pelo Governo Federal não obtiveram grandes êxitos. Entende-se por projetos anteriores as Colônias Agrícolas Nacionais criadas no Estado Novo, por Getúlio Vargas. Estes núcleos de colonização foram concebidos para disciplinar o deslocamento dos cidadãos brasileiros. Em 1943 foi criada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, no sul do Estado, que funcionou simbolicamente como propaganda do Estado Novo (LENHARO, 1986<sup>a</sup>, p. 50).

O fato é que houve ainda a necessidade de informar sobre o povoamento com colonos japoneses migrantes de outras partes do país como *ideais* para o norte de Mato Grosso, pois tinham experiência em desbravar as terras de São Paulo e Paraná. Nessa perspectiva, o *colono ideal* era o que tinha experiência e provinha da região sudeste e sul.

Os Estados de São Paulo e Paraná foram percebidos como espelho de progresso e civilização. Assim, as políticas de colonização ali empreendidas foram classificadas como *ideais* para implementar o desenvolvimento de Mato Grosso no governo do Presidente Getúlio Vargas, na década de 1950.

A classificação do trabalhador nipônico, pelo governo e pelos meios de comunicação, como “massas humanas bem orientadas e disciplinadas”, vinha se

contrapor a um discurso que foi expresso anteriormente, no qual os nipônicos foram percebidos como *indolentes, foco de infecções*, que, simbolicamente, ameaçavam o país de *degenerescência racial*. Os preconceitos em situações específicas são elaborados para atingir algumas finalidades. A questão do racismo contra os nipônicos tem sua especificidade em cada momento em que foi elaborado.

Portanto, a construção da percepção do nipônico como colono *ideal* para o empreendimento de reocupação dos “espaços vazios” foi elaborada para direcionar a mão-de-obra disponível, em um momento em que muitos imigrantes japoneses já não alimentavam mais o sonho de retorno para a sua terra natal. Após a Segunda Guerra Mundial, os japoneses pretendiam estabelecer-se definitivamente em terras brasileiras, principalmente os *nikkeis*.<sup>7</sup> A pátria mãe que os japoneses haviam deixado para trás estava destruída e incentivava a emigração dos que lá se encontravam. Assim, já não era mais possível alimentar o sonho de retorno.

Os colonos que se dirigiram para norte do Estado de Mato Grosso trouxeram consigo seus projetos de vida, sonhos e desejos, principalmente para adquirir suas próprias terras. A intenção da política de colonização do Governo Federal foi a de aproveitar o deslocamento espacial dos nipônicos e direcioná-los para o cultivo da seringueira no norte mato-grossense. Convém lembrar, que entre muitos imigrantes japoneses houve uma tendência em não se fixarem num só local, pelo contrário, a trajetória da maioria foi marcada por uma mobilização geográfica em busca de terras baratas.

---

<sup>7</sup> O termo *nikkei* refere-se ao “japonês-brasileiro, ou seja, o descendente de japonês é atualmente denominado de *nikkei*, não importa a que geração pertença. Esta denominação está sendo utilizada desde a Convenção Pan-americana *Nikkei* ocorrida em 1985, em São Paulo, que adotou a terminologia para todos os descendentes de japoneses nas Américas. Antes, usava-se a terminologia *nissei*, para os descendentes dos imigrantes, *sansei* para os descendentes de terceira geração no Brasil. Esta terminologia foi adotada na década de 1950, substituindo o termo *dainisei*” (Sakurai, 1993, p. 21).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CHARTIER, Roger. *A história cultural*. Rio de Janeiro: Difel, 1985.

\_\_\_\_\_. Entrevista. *Presença Pedagógica*, Belo Horizonte, v. 6, n. 31, p. 97-113, jan./fev. 2000.

CUNHA, Maria Teresa Santos Cunha. Uma visita do senhor inspetor: cultura cívica em relatórios escolares. IN: MIGNOT & CUNHA (Org.). *Práticas da memória docente*. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção cultura, memória e currículo; v. 3)

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL. *Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil*. São Paulo: HUCITEC / Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.

DELEUZE, G. *Proust e os signos*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

ESTERCI, Neide. *O mito da democracia no país das bandeiras*. Análise simbólica dos discursos sobre migração e colonização do Estado Novo. Rio de Janeiro, 1972. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A lenda do ouro verde: política de colonização no Brasil contemporâneo*. Cuiabá: UNICEN, 2002. (Coleção Tibanaré)

HANDA, Tomoo. *O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz / Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.

HALL, Stuart. *A Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HASHIMOTO, Francisco. *Sol Nascente no Brasil: cultura e mentalidade*. Assis: HVF Arte e Cultura, 1995.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2. ed. Campinas: Papius, 1986a.

LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional. Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. Trad. Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

MIYAO, Susumo. YAMASHIRO, José. Período em branco na corrente imigratória e os distúrbios na comunidade japonesa. In: COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL. *Uma epopéia moderna: 80 anos da Imigração Japonesa no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1992. p. 247 – 379.

MORENO, Gislaine. *Os descaminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso*. São Paulo, 1993. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo.

NAKASUMI, Tetsuo. YAMASHIRO, José. Período do pós-guerra. COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL. *Uma epopéia moderna: 80 anos da Imigração Japonesa no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1992. p.381 - 416

REVISTA DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO. Órgão oficial do Conselho de *Imigração e Colonização*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, ano VI, n. 5. mar. 1945.

SAKURAI, Célia. *Romanceiro da imigração japonesa*. São Paulo: Sumaré, 1993.

\_\_\_\_\_, Célia. Mais estrangeiros que os outros? Os japoneses no Brasil. In: *TRAVESSIA – Revista do Migrante?*, Etnias. Nº 44, São Paulo, p. 5 – 10, setembro – dezembro. 2002.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Ed. USP, 1991.

SCHNEIDER, Claércio Ivan. Nós e os outros: aspectos da formação de um consenso de comunidade (Oeste Paraná, 1946-1960). *Questões & Debates*, Curitiba, UFPR, n. 34, p. 117-149, 2001.

SCHWARZSTEIN, Dora. História oral, memória e histórias traumáticas. *Revista da Associação Brasileira de História Oral*, São Paulo, n. 4, p. 73-83, jun. 2001.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 53, p. 117-149, mar./mai. 2002.

\_\_\_\_\_, Giralda. *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 1990.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SUZUKI, Nobuo. WAKISAKA, Katsunori. Papel desempenhado na agricultura brasileira. COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL. *Uma epopéia moderna: 80 anos da Imigração Japonesa no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1992. p.461 - 539.